

**AE Financeiro**

## **O Leilão de Energia não passou no teste**

**08/04/2005**

**Cláudio Sales**

O último sábado, dia 02 de abril, foi marcado por 18 horas tensas e que desafiaram os mais experientes analistas e executivos do setor elétrico. Após assistir a uma incompreensível queda de preços para os lotes de energia que seriam entregues a partir de 2009, todos foram surpreendidos por uma interrupção técnica informada pelos organizadores do evento e, em seguida, pelo cancelamento das transações de todos os contratos com início em 2009.

Programado para atender a 100% da necessidade de contratos entre geradores e distribuidores, apenas 23% da demanda total de energia foi vendida pelos geradores. Esse resultado emite sinais econômicos preocupantes.

Em primeiro lugar, não foram atendidos os principais objetivos definidos pelo próprio governo: segurança de abastecimento e modicidade tarifária. E, em segundo lugar, introduziu um clima de incerteza para todos os agentes do setor: geradores, distribuidores e consumidores.

A modalidade escolhida para a dinâmica de negociações foi a de leilão reverso. A definição clássica de leilão reverso consiste no mecanismo onde os ofertantes são os vendedores e onde o ganhador corresponde ao vendedor que ofertar o menor preço para um lote do produto. O produto era um lote correspondente a certa quantidade de energia.

A Teoria de Leilões garante que o leilão reverso produz preço e quantidade de equilíbrio de acordo com a lei de oferta e procura. No entanto, o Ministério de Minas e Energia resolveu introduzir alguns toques de criatividade no mecanismo clássico e impôs um parâmetro chamado de "preço de reserva", um preço secretamente definido pelo Ministério e que precisaria ser alcançado para que a queda de preços do leilão fosse interrompida.

A motivação alegada pelo governo era a de garantir que as transações só fossem fechadas se os preços ofertados pelos geradores caíssem a níveis inferiores aos preços considerados "módicos" pelo Ministério. Ou seja, um artificialismo indiscutível.

O problema é que o papel aceita tudo, mas os geradores, estatais e privados, rejeitaram essa imposição artificial e se recusaram a entregar sua energia a

preços que não remunerariam adequadamente seus ativos. O índice de contratação foi de 42% para os contratos com início em 2008 e de 0% para os com início em 2009.

Como os distribuidores deveriam ter contratado 100% da sua demanda, já temos um sério problema de abastecimento de energia que precisa ser resolvido. Do lado dos geradores, também foi criada uma situação esdrúxula: a energia existe, é competitiva, mas não pôde ser contratada e, de acordo com a nova legislação concebida pelo governo, as possibilidades de contratação ficaram muito limitadas.

## **Preços**

Em relação aos preços, como apenas 23% da demanda foi contratada, o preço de R\$ 83/MWh para contratos a partir de 2008 não corresponde ao preço de equilíbrio porque a oferta foi insuficiente e, portanto, a demanda não foi atendida. O mercado falou em alto e bom tom: os preços de reserva estão muito baixos.

Além de não oferecer níveis confiáveis de preços, a falta de oferta pode submeter os consumidores à volatilidade do mercado de curto prazo que, esta semana, deu provas da máxima "a energia mais cara é a energia que não existe": na região Sul o preço de curto prazo ultrapassou os R\$ 135/Mwh.

Todo o discurso de segurança de abastecimento e de modicidade tarifária ficou visivelmente comprometido. Perderam distribuidores, geradores e consumidores. O modelo, nos seus primeiros testes, fez acender várias "luzes vermelhas".

## **Investimentos**

Os investidores interessados na expansão eficiente e na sustentabilidade de longo prazo do setor observam esse cenário com apreensão. Já os especuladores têm tudo para se animar com a atual situação: baixa oferta, distribuidores com demanda não atendida, consumidores expostos ao pagamento compulsório de energia mais cara, e o tempo passando sem que novos investimentos sejam feitos. Para piorar o quadro, o consumo de energia cresceu 6,9% no último ano.

É preciso encarar a realidade expressa pelos números e, sem se preocupar em identificar culpados, aceitar que são necessários vários ajustes no novo modelo do setor elétrico. A receita é simples. Em primeiro lugar, é indispensável mais transparência nos parâmetros do leilão: preços de reserva, oferta total e demanda total. Não há por que, a posteriori, não informar à sociedade o que realmente aconteceu. O obscurantismo gera insegurança e encobre ineficiências.

Em segundo lugar, conforme princípio defendido pela própria ministra, é

necessário criar as condições para que toda a energia existente (mais barata) seja contratada antes da realização de leilões de energia proveniente de usinas a serem construídas (mais cara). E, em terceiro lugar, é preciso mais realismo e menos artificialidade na definição dos parâmetros "secretos" dos próximos leilões para que não se repita o mesmo desastre.

Com a palavra, o Ministério de Minas e Energia, o responsável por criar um ambiente mais estável e indutor de investimentos, promovendo a expansão eficiente de energia e afastando os fantasmas da explosão tarifária e da falta de energia, os mais sérios obstáculos ao crescimento econômico como todos já recentemente constatamos.